

humanitas

Vol. XLVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. XLVI • MCMXCIV

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA

DOS DOUTORES WALTER DE MEDEIROS E MANUEL PULQUÉRIO



AUGUSTA FERNANDA OLIVEIRA E SILVA

ALGUMAS CARTAS DE CATALDO A PORTUGUESES DO SÉCULO XVI—LIVRO II

1. CULTORES DE CARTAS EM PROSA

Dos primórdios da imprensa portuguesa, chegou até nós um conjunto de textos latinos da autoria de Cataldo, escritos em tipo gótico e impressos em Lisboa por Valentim Fernandes, oriundo da Morávia. Como nos dá notícia Ricardo Jorge no seu prefácio a *Cartas dos Grandes do Mundo*¹, estes textos foram quase desconhecidos até às primeiras décadas do séc. XX.

Foram, porém, os estudos persistentes e notáveis do Senhor Prof. Doutor Américo Costa Ramalho que trouxeram ao conhecimento de todos nós informações do maior interesse, não só sobre a personalidade de Cataldo e suas funções nas cortes portuguesas de D. João II e D. Manuel I, como ainda sobre a intervenção deste humanista italiano para a «europeização cultural dos Portugueses, a partir da fonte que era então a Itália»².

Cataldo Parisio Sículo, fixado em Portugal em 1485, deixou-nos, além de outras obras, dois volumes de numerosas cartas e alguns discursos. O primeiro contém cento e setenta e dois textos e apresenta um colofon com a data de 21 de Fevereiro de 1500; no segundo volume, podem contar-se setenta e três textos e calcula-se que o mesmo tenha sido impresso por volta de 1513³.

Já Cícero e Plínio, o Jovem, tinham deixado à posteridade os primeiros modelos de epistolários, cheios de ensinamentos para o estudo da época em que viveram.

¹ Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934.

² A. Costa Ramalho, «Introdução» a *Epistolae et Orationes*, ed. fac-similada, Coimbra, Universidade, 1988, p. 11. Sobre outros estudiosos de Cataldo, ver pp. 21-22 da mesma «Introdução».

³ A. Costa Ramalho, *op. cit.*, p. 10, nota 6 e p. 19, nota 33.

A epístola em língua latina foi muito cultivada pelos humanistas que tomaram o costume de organizar colecções de cartas, tal como já fizera Petrarca. Em 1467, é impressa, em Roma, uma primeira edição de *Epistolae ad Familiares* de Cícero, seguida de outras edições. E, em 1471, é também editado, pela primeira vez, o *Liber Epistolarum* de Plínio, o Jovem¹.

Em Portugal, no séc. xv, houve epistolários individualizados como os de Lopo de Almeida, Frei João Álvares, Frei João Claro e o epistolário de D. Pedro, o das Sete Partidas². Ao séc. xvi, pertencem as *Cartas de Camões* e as *Cartas Portuguesas* do bispo de Silves, D. Jerónimo Osório³.

No Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, ms. 6368⁴, existe uma série de cartas, em prosa, trocadas entre Rodrigo Sanches, irmão de Pedro Sanches, e vários amigos. De grandíssima importância é a *Correspondência* de Nicolau Clenardo que, não sendo português, nos dá informações do maior interesse para o conhecimento do ambiente cultural, económico e social português nos anos trinta do séc. xvi. Jerónimo Cardoso, um dos mais notáveis professores de Humanidades do séc. xvi, escreveu *Epistolarum Familiarium Libellus*, impresso em Lisboa em 1556.

Por não caber no objectivo deste artigo, não vou ocupar-me das cartas em verso produzidas no período do Renascimento, das quais uma das mais notáveis é a de Pedro Sanches a Inácio de Moraes⁵.

Mais tarde, em Portugal, Francisco Rodrigues Lobo é o primeiro teorizador do género epistolar na sua obra *Corte na Aldeia*⁶.

Através dos tempos, grandes nomes do mundo literário português têm aparecido associados à arte de escrever cartas: Francisco Manuel

¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — «Epistolário».

² André Rocha, *A Epistolografia em Portugal*, 2.^a ed. Coimbra, Imprensa Nacional, 1985.

³ Aubrey Bell, *O Humanista D. Jerónimo Osório*. Tradução de António Álvaro Dória. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 76. D. Jerónimo Osório, *Cartas Portuguesas*, nova edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922. Existem também muitas cartas latinas de D. Jerónimo Osório.

⁴ Informação colhida junto do Senhor Prof. Doutor Costa Ramalho.

⁵ A. Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal* (antologia). Coimbra, Inic. 1985, pp. 220-225.

⁶ Ricardo Jorge refere, no seu prefácio a *Cartas dos Grandes do Mundo* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934), que a leitura do Diálogo IV de *Corte na Aldeia* o conduziu ao achamento, na biblioteca do Museu Britânico, em Londres, de vinte e nove cartas de Cataldo, traduzidas por Rodrigues Lobo.

de Melo, Frei António das Chagas, António Vieira, Francisco Xavier de Oliveira, Marquesa de Alorna, Abade António da Costa, Oliveira Martins, Antero de Quental, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Eça de Queirós, Manuel Laranjeira, Mário de Sá Carneiro, Fernando Pessoa, António Nobre¹. Muito mais recentemente, D. António Ferreira Gomes, antigo bispo do Porto, escreveu *Cartas ao Papa*², obra de reflexão profunda, de diálogo enriquecedor e de leitura empolgante.

Na literatura universal, são famosas como obras-primas, além das cartas de Cícero, as de Madame de Sévigné e as de Voltaire, para mencionar apenas os nomes mais consagrados.

Torna-se frequente, no séc. XIX, a edição de obras completas dos escritores, nas quais a correspondência constitui a última parte, como aconteceu com Cícero, Bossuet, Voltaire, Rousseau³.

2. AS CARTAS DE CATALDO

Cataldo tem sido estudado, há relativamente longos anos, por diferentes autores⁴ e muita informação já foi compilada sobre a sua actividade como secretário dos reis D. João II e D. Manuel I, como «orator regius»⁵, como professor de príncipes portugueses e de grande número de nobres e damas da corte quinhentista, como bom prosador literário, como autor não tão qualificado de poesia.

O segundo volume de *Epistolae*, menos volumoso do que o primeiro, contém setenta e uma cartas e dois discursos. Um destes é «a mais remota oração» de sapiência latina, pronunciada em 18 de Outubro de 1504, na inauguração do ano lectivo da Universidade de Lisboa, pelo conde de Alcoutim D. Pedro de Meneses⁶; o outro é

¹ J. Prado Coelho, *Dicionário de Literatura*, «Epistolografia», Porto, Liv. Figueirinhas, 2.^a edição, s/d.

² Livr. Figueirinhas, Porto, 1986.

³ Cf. o «avant-propos» de M. Nisard (sous la direction de), *Oeuvres Complètes de Cicéron*. Paris, J. J. Dubochet, Le Chevalier et Comp., Editeurs, 1848.

⁴ Cf. Isaltina D. F. Martins, *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, Coimbra. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1986.

⁵ Esta expressão deve ser entendida no sentido de «orador oficial», «orador político», «embaixador». Cf. A. Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, p. 10.

⁶ A. C. Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal, I*, Coimbra, Inic e Centro de Est. Clás. e Humaníst., 1988, p. 31; *Cataldi epistolarum ... secunda*

um discurso de saudação¹, preparado para a entrada, em Santarém, da rainha D. Maria, segunda esposa de D. Manuel I e que não chegou a ser pronunciado.

Uma parte das setenta e uma epístolas deste volume já foi traduzida, e eu própria verti em língua portuguesa, pela primeira vez, um pequeno acervo de vinte e quatro cartas, dirigidas a portugueses e escritas em Portugal por Cataldo. Delas, podem recolher-se conhecimentos sobre o autor, de índole pessoal, interpessoal e social.

Procurarei analisar marcas da época, o tipo de discurso usado por Cataldo e compilar informações essenciais sobre os destinatários destas missivas.

2.1. CARTAS DE CATALDO A MEMBROS DA CASA DE BRAGANÇA

2.1.1. *Carta a D. Dinis, sobrinho do rei D. Manuel*

A carta A₂, que abre o segundo volume de *Epistolae*, é uma espécie de próêmio no qual o seu autor usa o discurso de primeira para segunda pessoa do singular, dirigindo-se ao sobrinho do rei D. Manuel. A carta dá-nos um enquadramento de Cataldo relativamente a personalidades importantes dentro da corte portuguesa, tais como D. Dinis e seu irmão mais velho, o duque D. Jaime, e o texto termina com uma dedicatória/consagração ao serviço de D. Dinis.

Esta carta contém informações de carácter histórico, cultural, bibliográfico e de natureza psicológica.

Dados Históricos

A carta refere a morte da rainha princesa² D. Isabel, primeira mulher de D. Manuel, o que aconteceu fora de Portugal, em Saragoça. E Cataldo, tal como D. Dinis, participou nessa circunstância.

pars. fl. D até fl. D6 v.º: «Oratio habita a Petro Menesio comite Alcotini coram Emmanuele rege in Scholis Vlixbone».

¹ *Epistolae Cataldi*, fl. B₄ até C₃: «Oratio Habenda coram Emmanuele rege ad Mariam Portugaliae reginam tunc primum Sanctaerenam ingressuram».

² O rei D. Manuel foi casado, em primeiras núpcias com D. Isabel, filha dos Reis Católicos de Castela. D. Isabel é designada rainha princesa, visto que, pelo casamento, é rainha de Portugal e, pela sua origem, é princesa de Castela.

Tendo-se dado o falecimento desta rainha, ocasionado pelo primeiro parto, a 24 de Agosto de 1498, é referido um lapso de tempo indeterminado e sucessivamente prolongado, até que D. Dinis se encontra de novo em Portugal e, então, lhe é dirigida esta carta remetida por Cataldo.

D. Dinis e seu irmão D. Jaime estão já reintegrados na corte portuguesa, eles que, desde a mais pequena infância, se tinham visto no exílio, em Castela, após a condenação à morte do pai, o terceiro duque de Bragança, D. Fernando, justicado em Évora pelo rei D. João II.

Nota-se também que Cataldo tem um vínculo forte com o rei D. Manuel a quem deve acompanhar, mesmo penalizado com a separação que tem de fazer de D. Dinis. Tal vínculo poderá ser o de secretário do rei, vínculo que, por inerência, também o prenderá a outras figuras da corte como D. Jaime e seu tio D. Álvaro, parentes poderosos de D. Dinis.

Dados Culturais

Cataldo diz que D. Jaime era «doctissimus princeps», capaz de ler um poema em latim e de explicá-lo diante de uma audiência, dentro da própria corte, o que revela um ambiente propício ao estudo das Letras.

Com efeito, D. Jaime teve uma educação muito cuidada, enquanto esteve em Castela e entre os seus professores, conta-se o humanista italiano Lúcio Marineo Sículo.

Percebe-se também que os príncipes da corte de D. Manuel esperam e desejam ser louvados em obras literárias, já que, nesta carta, mais do que uma vez, Cataldo, como para se justificar, faz uma espécie de relato dos seus serviços a D. Dinis, defendendo-se insistentemente, de alguma suposição de negligência.

Dados Bibliográficos

A carta A₂ é coetânea da publicação do *Segundo Livro das Visões* de Cataldo¹. Este esclarece bem que a obra *Visões* é constituída por cinco livros e que no segundo livro se faz menção dos dois irmãos,

¹ A publicação do *Livro das Visões* data de 1513 ou 1514, na opinião do Prof. Doutor Luís de Matos (apud Dulce da C. Vieira e A. Costa Ramalho, *Martinho, Verdadeiro Salomão*, Coimbra, I. E. C., 1974).

D. Jaime e D. Dinis ainda que, muito mais alongadamente, a respeito de D. Jaime, o que se compreende dada a precedência e maior importância política e social do duque de Bragança.

Acrescento que os *Livros das Visões* estão escritos em verso e são dedicados, o primeiro à rainha D. Maria, mulher de D. Manuel; o segundo à rainha D. Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel; o terceiro, ao rei D. Manuel; o quarto e o quinto, a D. Jorge, mestre e duque¹.

Dados de Natureza Psicológica

Num primeiro momento, Cataldo mostra a saudade crescente que experimentou com a ausência de D. Dinis, de quem se vê afastado por agentes e circunstâncias externas, e disso D. Dinis não é responsabilizado, nem sequer levemente, vez alguma. É sabido que D. Dinis tinha regressado do exílio em 1496 — devia ser adolescente de 15 anos de idade — e que foi aluno de Cataldo. Este deve ter-se-lhe afeiçoado, como parece indicar a saudade manifestada na primeira parte desta carta.

Num segundo momento, Cataldo fala da sua actividade como escritor e das correspondentes repercussões para o prestígio de D. Dinis e de seu irmão mais velho D. Jaime, chefe da poderosa Casa de Bragança. Cataldo deseja a proximidade e a convivência com D. Dinis a quem presta homenagem e a quem louva continuamente de forma superlativa, ao gosto renascentista. É evidente uma relação de subordinação ainda que de tipo positivo e exaltante. Percebe-se que Cataldo deseja a benevolência de D. Dinis, não obstante dizer-se velho e encanecido, já que a correspondência de D. Dinis à grande solicitude e alegre afeição de Cataldo terá o poder de o revigorar nas suas forças.

Informação Complementar

D. Dinis casou com D. Brites de Castro Osório, herdeira dos segundos condes de Lemos, sendo feito o contrato de casamento em Setembro de 1501, e as bodas em 5 de março de 1502. Este casamento foi ajustado pelo rei português com os reis de Castela, e a rainha D. Isabel, a Católica, deu-lhe o seu melhor patrocínio.

Caetano de Sousa esclarece que D. Dinis não usou apelido, con-

¹ D. Jorge era mestre das Ordens de Santiago e de Avis, e duque de Coimbra.

forme era costume dos senhores da Casa de Bragança. E acrescenta que nunca os príncipes e princesas da Casa de Bragança usaram mais do que o nome próprio.

Este neto legítimo do Infante D. Fernando ¹ faleceu muito novo a 9 de Maio de 1516, no reino da Galiza, doente de uma paralisia que lhe imobilizou a mão direita ² — teria trinta e cinco anos.

Deixou nove filhos a D. Brites dos quais um, D. Pedro de Castro estudou Humanidades, «leu» Matemática na Universidade de Alcalá e também Teologia na cadeira de São Tomás. Esse mesmo D. Pedro proferiu uma Oração diante do Imperador Carlos V, que o honrou e nomeou bispo de Salamanca, tendo sido um dos prelados doutos e exemplares do seu tempo.

D. Dinis foi, pois, uma personalidade de grande relevo na corte do rei D. Manuel, quer pela sua ascendência, quer pelas boas graças de que gozava na corte portuguesa e na corte castelhana. Entre os seus poderosos parentes salientam-se, além do próprio rei D. Manuel, irmão de sua mãe, D. Álvaro, irmão de seu pai e o duque D. Jaime, irmão mais velho de D. Dinis.

2.1.2. Carta a D. Álvaro, condestável de Portugal

A carta B₃ é a mais longa das vinte e quatro que traduzi e é dirigida a um quarto irmão do malgrado D. Fernando, terceiro duque de Bragança. Trata-se de D. Álvaro, uma das figuras mais conceituadas em Portugal e em Castela, pelas suas qualidades militares e elevado tacto em negócios políticos. Esta carta vem em quadragésimo segundo lugar, no segundo volume de *Epistolae*.

Cataldo dirige-se, com todo o empenho, a D. Álvaro, para lhe pôr um problema que diz respeito ao duque D. Jorge, filho natural do rei D. João II e genro do próprio D. Álvaro. Pode considerar-se esta carta como sendo de negócio particular, para cuja boa resolução Cataldo se dispõe com toda a diligência.

¹ Duque de Viseu e irmão do Rei D. Afonso V. A mãe de D. Dinis, D. Isabel, era filha deste infante D. Fernando, (cf. Verbo, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4, artigo «Casa de Bragança» por A. Luís Gomes).

² A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo IX, cap. I, pp. 23-32.

Estrutura e Desenvolvimento

Há dois temas predominantes nesta carta: a Casa de D. Álvaro, cuja felicidade multivalente é demonstrada pelo desenvolvimento de três exemplos — o do próprio D. Álvaro; o de seu filho mais novo Jorge, futuro conde de Gelves; e de seu filho mais velho Rodrigo de Melo, que veio a ser o primeiro marquês de Ferreira e primeiro conde de Tentúgal. E o outro tema, o principal, é a conservação da honra e riqueza de D. Jorge.

No primeiro tema, nota-se uma gradação decrescente, patente na alta perfeição de D. Álvaro e seu filho D. Jorge, a qual desliza em D. Rodrigo para uma eventualidade de perigo, já que este filho mais velho descarta o estudo da Literatura, instrumento de humanização e de afastamento da barbárie, preferindo-lhe outros estilos de vida como as caçadas de lebres e a ocupação com cavalos. É a ocasião de exaltação do estudo da Literatura e dos respectivos efeitos formativos, e da passagem para o outro assunto, o de D. Jorge, duque de Coimbra, que fora aluno de Cataldo.

Percebe-se que Cataldo toma grande cuidado na abordagem do tema principal, fazendo, por isso, uma demorada introdução. Depreende-se que D. Álvaro se encontra fora de Portugal, junto dos Reis Católicos, já que Cataldo aguardava uma carta destes reis para D. Manuel, com o objectivo de influenciar o rei português, positivamente, a favor dos interesses da família de D. Jorge. Estes interesses devem envolver património da esposa de D. Jorge¹, filha de D. Álvaro, o qual, talvez por esse motivo, não se sente muito à vontade para interceder, em causa própria, junto dos reis de Castela.

No segundo tema, Cataldo retoma louvores ao discernimento e prudência de D. Álvaro; faz o elogio ao rei D. Manuel a quem chama deus na terra e a quem devem ser dirigidas súplicas à semelhança do que se faz com o Deus dos cristãos; lamenta a aflicção da casa de D. Jorge que a ninguém passa despercebida; mostra-se diligente, procurando,

¹ D. Álvaro era casado com D. Filipa de Melo, filha herdeira do primeiro conde de Olivença, D. Rodrigo Afonso de Melo. E D. Jorge, duque de Coimbra, casou a 30 de Maio de 1500, com D. Beatriz, filha de D. Álvaro e de D. Filipa. Ora, por este casamento, os Reis Católicos fizeram que D. Beatriz renunciasse à casa e condado de Olivença, a favor de seu irmão mais velho, D. Rodrigo de Melo. (Cf. A. Caet. de Sousa, *História Genealógica*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomos X e XI. p. 8 e p. 16).

na sua modesta mediania, fazer sentir ao rei português o absurdo da privação a que foi submetido o património de D. Jorge. E realça novos louvores à sabedoria de D. Álvaro para, de seguida, se permitir dar-lhe conselhos de firmeza, fundamentando-os no exemplo de Cristo que também teve os seus momentos de irritação.

Há, desde o princípio até ao fim da carta de Cataldo, um medir cuidadoso das palavras, uma delicadeza prudente, uma insistência cortês que indicia tratar-se de matéria com alguma gravidade.

Outros temas secundários perpassam nesta carta: certo profissionalismo no louvor literário, feito por encomenda ou com prévia autorização; a veneração em relação a Tito Lívio; o tema do «*puer Cato*», o gosto e a moda do estudo da língua e da literatura latina por parte da nobreza; e a outra alternativa, representada pela busca de outras actividades a que se entrega D. Rodrigo; o exigente e prolongado trabalho por parte de Cataldo com os seus alunos; a crença em Deus e certa adoração perante o poder terreno; o temperamento insofrido de Cataldo; o sentimento da grandeza do homem, contraditado pela percepção da sua insignificância («um vermezinho da terra»); a tomada de Cristo para modelo, em situações concretas e difíceis da vida.

Esta carta surge como um painel multifacetado de valores por vezes antagónicos, a que corresponde estilística, sintáctica e psicologicamente, uma rede de oposições, muito frequente no discurso de Cataldo, em geral ¹.

Também esta carta contém uma informação bibliográfica, quando refere um epitalâmio composto por Cataldo, por ocasião do casamento de D. Beatriz, filha de D. Álvaro, com D. Jorge, duque de Coimbra, cujo contrato foi celebrado em 30 de Maio do ano de 1500 ². Trata-se

¹ Carta B₃: «*Annis hic puer est sed gravitate senex*»;

(Georgius) «*natus ad eloquium, doctrinas natus ad omnes*»: «*Maior uero natu... a litterarum studiis distrahitur*»: «*Verum si paternis litteris commoneretur*»;

«*si hac aetate: vix unquam aut forte nunquam*»;

«*Dux, me reuocare conatur. Sed ego ad spinosum nemus duriusculus accedo*»: «*Vellem citius in otio conquiescere*»;

«*... bouem qui tot annos terram utilissime coluit*»: «*a iugo solui pastumque dimitti oportere*»;

«*Expectabamus miro desiderio ... litteras ualidissimas ...*»: «*At tu, uel non duxisti necessarias, uel ... noluisti*»;

«*Non solum illis omnibus succurrisses, sed iis qui ex tua sunt uenturi pro genie*».

Cf. ainda as cartas A₃ v^o (3), A₆ (4), B v^o, E₃ (2), E₅ v^o.

² A. Caetano de Sousa, *Hist. Genealógica da C. R. P.*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo XI, p. 8.

de um poema do qual existem dois textos, um impresso em tipo gótico e outro transcrito por D. António Caetano de Sousa em *Suplemento às Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Os dois textos não apresentam igual número de versos. Este epitalâmio aguarda ainda quem o traduza em língua portuguesa¹.

Como Cataldo refere que há um ano dedicara o *Epithalamium* a D. Álvaro, para celebrar o casamento de sua filha D. Beatriz, esta epístola pode ser datada de 1501².

Informação Complementar

D. Álvaro era o quarto filho dos duques de Bragança — D. Fernando I e D. Joana de Castro. Irmão do duque D. Fernando, segundo do nome, D. Álvaro sofreu os efeitos da perseguição do rei D. João II contra a Casa de Bragança, acabando por sair de Portugal para o exílio, depois da morte de D. Fernando, seu irmão, em 1483.

Consequentemente, fez a sua carreira toda em Espanha e combateu em Granada, como general das forças espanholas. Devia ser uma figura imponente porque foi confundido com o rei D. Fernando de Castela, por um mouro nobre que pretendia matá-lo.

Após o falecimento de D. João II, e logo que D. Manuel lhe sucedeu no trono, D. Álvaro recebeu deste rei português uma carta muito franca, convidando-o a regressar a Portugal com os dois sobrinhos D. Jaime e D. Dinis, filhos do sentenciado. Prontamente, D. Manuel confirmou os bens da Coroa a D. Álvaro e aos sobrinhos.

D. Álvaro foi casado com D. Filipa, filha do conde de Olivença. Faleceu em Toledo, em 4 de Março de 1504³; sendo depois trasladado para o convento dos Lóios de Évora.

Rodrigues Lobo traduziu uma carta de Cataldo dirigida a Francisco Parísio Sículo e inserta no primeiro volume de *Epistolae*, na qual o humanista italiano faz o elogio deste mesmo D. Álvaro.

¹ A. Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal — I*, Coimbra, Inic, 1988, p. 25.

² A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, p. 66.

³ A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo X, livro IX, p. 21.

2.1.3. Carta ao magnífico D. Rodrigo

Comentário

A carta A₃ v^o (3) é dirigida a D. Rodrigo e constitui um testemunho de que Cataldo está incumbido de escrever um livro de carácter histórico, sobre membros da família de Bragança. Esta carta mostra também que Cataldo submete os seus escritos a D. Rodrigo, provavelmente para que este confira a exactidão ou, quem sabe, a conveniência das informações coligidas por Cataldo. Ora esse livro não chegou até nós.

Notam-se, neste texto, algumas marcas do estilo e da época de Cataldo, nomeadamente o jogo dialéctico das ideias, das situações e sentimentos, a traduzir a multivalência de cada realidade: a tristeza e a alegria; o respeito pelo luto do amigo e o dever para com a História; a equanimidade perante os acontecimentos agradáveis e os tristes; a necessidade de se adaptar à dor do luto e às novas responsabilidades que requerem prudência.

A carta termina com alguns conselhos e é de salientar a sucessão de formas verbais no imperativo e na segunda pessoa do singular, a traduzir o desejo de Cataldo persuadir o amigo a que se coloque em perfeita conformidade com o rei D. Manuel que, mais uma vez, recebe o epíteto «diviníssimo»¹.

Informação Complementar

Encontrei em D. António Caetano de Sousa referências a vários nobres de nome Rodrigo, a saber: D. Rodrigo de Castro, filho do primeiro conde de Monsanto (D. Fernando de Castro), que faleceu na tomada de Arzila²; outro D. Rodrigo de Castro, fronteiro-mor, embaixador ao Papa Alexandre VI, senhor de Valhelhas, Almendra e alcaide-mor da Covilhã³; e também D. Rodrigo de Melo que é o filho mais velho de D. Álvaro e de D. Filipa.

¹ «... te diuinissimi Emmanuelis arbitrio uoluntatique accomoda, trade, dede, dedica.»

² A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da C. R. P.*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo III, livro IV, p. 127.

³ *Ibidem*.

No primeiro volume de *Epistolae*, há quatro cartas de Cataldo dirigidas a uma personalidade de nome Rodrigo mas nelas esse nome é sempre acompanhado da designação «philosopho ac regio medico».

O destinatário da carta A₃ v^o (3) deve ser o filho mais velho de D. Álvaro, como parece sugerir quer o epíteto «magnifico», quer ainda as referências à morte do pai e ao regresso de D. Rodrigo à pátria, após aquele falecimento, ocorrido em Toledo, a 4 de Março de 1504. Neste mesmo ano, D. Rodrigo de Melo foi nomeado primeiro conde de Tentúgal¹.

D. Rodrigo esteve na comitiva portuguesa, chefiada pelo duque de Bragança D. Jaime, que em 1518, recebeu na fronteira D. Leonor, de origem castelhana, como rainha e terceira mulher do rei D. Manuel².

Já anteriormente, também em 1500, D. Rodrigo acompanhara seu pai nas cerimónias de acolhimento à rainha D. Maria, segunda mulher do mesmo rei. Caetano de Sousa informa que, nessa data, D. Rodrigo era moço de pouca idade, mas de grande espírito.

D. Rodrigo casou com D. Brites de Meneses e faleceu em 17 de Agosto de 1545³.

2.1.4. *Cartas de Cataldo a D. Jorge, Mestre e Duque*

Comentário

Das seis cartas existentes no segundo volume de *Epistolae*, quatro delas são extremamente breves. Aparentemente, tal brevidade corresponde, nas cartas A₆ (3) e E₃, a grande tensão emocional, atingindo elevado dramatismo principalmente esta última.

Na carta A₆ (2), Cataldo afirma o seu desejo profundo de estar na presença de D. Jorge, sem perturbações, como que a lembrar que nem sempre foi pacífico o relacionamento entre discípulo e preceptor.

¹ Ibidem, tomo X, p. 16; em *Visionum libri*, o Senhor Prof. Doutor Costa Ramalho encontrou um dístico elegíaco que se refere a D. João de Meneses e também ao conde de Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, como tendo figurado entre os combatentes de Arzila, em 1508:

«Menesia interea generosus stirpe ioannes:
Tintuuelensis magnificusque comes.»

² Ibidem, tomo X, pp. 92, 138, 141-142.

³ A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa de Universidade, 1921, 1.º vol. p. 435.

Cataldo inicia esta carta com um símile evocativo de uma passagem bíblica do Antigo Testamento, o que me parece impressionante, porque as palavras usadas no Salmo 42 (41)¹ dirigiam-se a Deus de Israel. Mas, aqui, palavras semelhantes são escritas a D. Jorge, comparando-se a soberania deste príncipe à do próprio Deus. É como se Cataldo se colocasse numa atitude de adoração perante o príncipe. Esta forma de relacionamento tem a ver com o conceito da origem divina do poder e com marcas da época renascentista, na qual os soberanos facilmente recebem o epíteto de diviníssimos, à maneira de Roma imperial.

A par com esse modo cortesão e afectivo, Cataldo não se inibe da sua função pedagógica, lembrando a D. Jorge conselhos que lhe dera anteriormente e que, a serem seguidos, serão garantia do poder de D. Jorge não só na terra como no céu. Exageros retóricos de Cataldo humanista, certamente.

Esta carta A₆ (2) é belíssima pela imagem contida no símile bíblico², pela solicitude e estilo afectuoso, pelas inúmeras sugestões conseguidas num texto tão conciso.

Já a carta A₆ (3) traduz desassossego e estado de ansiedade, expressos na gradação crescente dos substantivos³ e no verbo «obsecro».

É visível que Cataldo não pode deslocar-se ao encontro de D. Jorge, sem ordem expressa para tal. Parece haver a obrigação de Cataldo permanecer, fixadamente, em determinado lugar ou funções, não podendo ausentar-se, mesmo quando experimenta essa vontade. Situação idêntica é visível na carta de Cataldo a D. Dinis que se encontra na folha A₂ do segundo volume de *Epistolae*.

A carta A₆ (4) começa também por uma evocação bíblica, desta vez inspirada no Novo Testamento, e parece sugerir um profundo desprendimento de Cataldo. Nesta missiva, ocorrem ainda breves sentenças morais que recomendam a moderação conjugal e a alegria familiar. Cataldo está bem disposto e tranquilo e, mais uma vez, interessado no bem-estar físico de D. Jorge, como se vê pela expressão «ut semper conualescas».

Todavia, na carta C₃, Cataldo queixa-se amargamente a D. Jorge, das más condições de habitação em que foi colocado, há pelo menos

¹ Salmo de David 42 (41), versículos 2 e 3:

«Quemadmodum desiderat ceruus ad fontes aquarum,
ita desiderat anima mea ad te, Deus.»

² «Tanquam ceruus, in ardentissima aestate, fessus et sitiens riuulos desiderat aquarum, ita et Cataldus placidissimum tuum desiderat aspectum.»

³ hora ... dies ... nox/mensis ... annus ... saeculum.

dois meses, considerando aquelas condições inadequadas à sua idade de ancião e às honras de que se considera merecedor. A indignação de Cataldo é visível na vivacidade das interrogações para as quais ele adivinha as respostas e contra-argumenta. Percebe-se mesmo a censura aberta dirigida a D. Jorge. E as suas reclamações parecem pertinentes, visto que Cataldo se queixa de alojamento acanhado, onde a chuva penetra, ao que parece, com abundância. Também se lamenta por morar num bairro judeu (ou de cristãos-novos), certamente por lhe faltar o sossego de que precisa para o seu trabalho de escritor, para já não falar na humilhação que tal facto podia representar para a sensibilidade de Cataldo. De facto, Cataldo partilhava o espírito da época, em que se assistiu à perseguição atroz contra os judeus, e da qual se pode ver uma amostra significativa na carta de Cataldo, dirigida a um médico judeu, de nome Próspero¹. Não obstante, Cataldo estava imbuido de sentimentos de amizade pelo destinatário. Que diria, então, noutras circunstâncias, fora de um contexto de amizade?

No texto original da carta C₃, encontra-se manuscrita uma palavra grega, fenómeno raro nesta época, representado em algumas cartas de Cataldo, que são os primeiros documentos daquele tempo onde surgem caracteres gregos².

Finalmente, apesar da indignação e da censura dirigida a D. Jorge, Cataldo conclui a carta em tom de autodomínio e de submissão, protestada como sempre dedicadíssima, ao seu senhor. Contudo, a fórmula final de despedida é diferente da costumeira e parece mais fria.

A carta E₃ é também brevíssima e parece um grito de aflicção e de dor, e nela há um pedido de compaixão. Se não se soubesse que estas palavras são tiradas de *Salmos*, seriam entendidas como um apelo extremamente dramático. Assim, fica-se a saber que Cataldo conhecia bem os textos bíblicos em latim e que os adaptava às suas vivências concretas, tirando partido da beleza literária e expressiva desses textos. Por um lado, Cataldo prova o seu conhecimento de documentos religiosos, escritos na língua latina; por outro lado, insere-os num contexto sócio-político em que o príncipe é tratado como se fora Deus.

Esta carta faz supor que D. Jorge teria permanecido inoperante e silencioso perante as mensagens que Cataldo lhe dirigira anteriormente.

¹ Cf. A. C. Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade, 1985, pp. 30-39.

² Cf. A. C. Ramalho, *Estudos Sobre o Século XVI*, Paris, 1980; Lisboa, 1983, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, p. 311.

Mas a carta E₅ v^o mostra-nos que, finalmente, D. Jorge se resolveu a dar remédio às aflições do seu antigo preceptor. Trata-se, agora, do agradecimento de Cataldo que mostra grande satisfação pelos novos aposentos que lhe foram atribuídos. Mas nem tudo está normalizado, visto que Cataldo continua privado dos pagamentos que lhe são devidos pelo seu trabalho e funções na corte. Tal situação será reveladora de inimizades contra o humanista estrangeiro ou da desorganização dos tesoureiros da corte? Cataldo explica-a como sendo uma prova a que é submetido, para avaliação do seu grau de paciência.

Informação Complementar

D. Jorge, filho natural do rei D. João II e de D. Ana de Mendonça¹, nasceu em Abrantes, a 12 de Agosto de 1481² e foi uma das personalidades mais relevantes na corte portuguesa. Ainda crianças, bulas do Papa Inocêncio VIII concederam-lhe, a 12 de Abril de 1492, o mestrado da Ordem de Santiago e, juntamente, o governo e administração da Ordem de Avis³.

Seu pai amou-o extremosamente, tomando todas as providências para que D. Jorge fosse estimado e honrado como filho de rei. Incumbiu Cataldo da sua educação. E desejou mesmo que D. Jorge lhe sucedesse no trono, depois que se deu a desastrada morte do príncipe D. Afonso. D. Leonor, esposa de D. João II, opôs-se, porém, firmemente, a tal projecto, indicando ao marido o nome de D. Manuel, primo do próprio rei e irmão de D. Leonor.

Tendo sido aceite D. Manuel para suceder no trono português, D. João II confiou-lhe o encargo de zelar e respeitar todas as deferências e honras devidas a seu filho D. Jorge.

E, em testamento realizado a 29 de Setembro de 1495, D. João II fez doação a D. Jorge da cidade de Coimbra, e do título de duque da mesma; e doou-lhe tudo o mais que tivera o infante D. Pedro, seu avô.

¹ D. Ana de Mendonça era filha de Nuno Furtado de Mendonça e irmã de Jorge Furtado e de António de Mendonça. Foi dama da rainha D. Joana que veio a ser deposta do trono e chamada a Excelente Senhora. D. Ana de Mendonça foi, mais tarde, comendadeira do mosteiro de Santos. D. João II nomeou-a, em testamento, mãe de seu filho D. Jorge e deixou-lhe um legado de duzentos mil reis. (Cf. A. Caetano de Sousa, *História Genealógica*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo III, p. 85).

² Idem, tomo XI, p. 1.

³ Cf. A. Caetano de Sousa, *História Genealógica*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo XI, p. 3.

Mais tarde, D. Manuel, já na qualidade de rei, fez-lhe novas doações, em memória do falecido rei D. João II e confirmou D. Jorge como duque de Coimbra e mestre de Santiago e de Avis.

A chefia de casas militares, como as Ordens de Santiago e de Avis, era lugar extremamente importante e com grandes rendimentos, atribuído somente a príncipes ou a grandes aristocratas. Cataldo usa, sistematicamente, para D. Jorge, os títulos de mestre e duque.

Chegou a desenhar-se uma disputa acerca da precedência que D. Jorge julgava ser-lhe devida nas cerimónias oficiais, face ao duque de Bragança, D. Jaime. Tal diferendo foi decidido pelo rei D. Manuel a favor de D. Jaime, com o fundamento de que este último tinha laços de sangue mais próximos do rei¹ do que D. Jorge.

D. Jorge integrou o séquito do rei D. Manuel e da rainha D. Isabel quando estes se dirigiram às cortes de Toledo, em 1498. Damião de Góis² conta que, sendo D. Jorge de dezassete anos de idade e de pequena estatura, o ergueram nos braços ao rei de Castela que não reconheceu, nas primeiras saudações, quem era aquele moço. Mas, impressionado com os modos de deferência com que D. Jorge era tratado, logo se certificou de que se tratava do filho de D. João II, desculpou-se e fez-lhe grande vénia e cortesia, colocando-o à sua direita, montado no cavalo, enquanto os restantes fidalgos da comitiva estavam a pé na cerimónia do beija-mão.

D. Jorge casou com uma filha de D. Álvaro, D. Beatriz, a 30 de Maio de 1500³, no mesmo ano em que se efectuou o segundo casamento do rei D. Manuel com a rainha D. Maria, filha dos Reis Católicos⁴.

O casamento de D. Jorge foi projectado, visando o encerramento das feridas abertas pela condenação do terceiro duque de Bragança, seguida de perseguição e confiscação de bens de toda a família de Bragança, por parte de D. João II.

Cataldo Parisio Sículo celebrou este casamento num epitalâmio dedicado a D. Álvaro.

¹ Idem, tomo III, p. 279-280.

² Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Lisboa, Edição Amigos do Livro, 1978, parte I, cap. XXVIII, p. 61.

³ Esta data é a da assinatura do contrato nupcial. A cerimónia do casamento realizou-se em 26 de Novembro de 1500.

⁴ D. Manuel I casou, pela segunda vez, com sua cunhada, a rainha D. Maria. Foram recebidos na vila de Alcácer do Sal, onde o rei esperou D. Maria a 30 de Outubro de 1500.

2.1.5. *Cartas de Cataldo aos Mendonças Furtados*

Nas cartas que traduzi, há três destinadas aos irmãos Jorge Furtado e António de Mendonça. Quanto às duas primeiras, cada uma delas dirige-se conjuntamente aos dois irmãos; mas a terceira é destinada apenas a Jorge Furtado.

A primeira carta (A₂ v^o (2)) traduz um momento de boa disposição e de vivacidade com que Cataldo exprime a sua cortesia amável. Pertence à série de cartas brevíssimas, mas está cheia de um vigor alegre e afeiçoado.

A distância não origina silêncio, pois Cataldo mantém vivo o contacto com aqueles que estima.

A carta C₃ é menos viva, mas tranquila. Cumpre as funções fática e apelativa e dá-nos conta de que Cataldo e os dois irmãos conversaram juntos sobre D. Jorge, aluno de um e sobrinho dos outros dois. Cataldo quer estar presente na lembrança destes nobres.

Esta carta-bilhete começa por um louvor, faz um pedido (os Furtados não se esqueçam de Cataldo) e parece fundamentar o direito de Cataldo a estar vivo na memória dos tios de D. Jorge, por cujos interesses o humanista se empenhara.

Já na terceira carta (B₂), o tom é muito diferente. Cataldo está chocado com a ruptura ou, pelo menos, com o afastamento de D. Jorge do seu convívio. E disso acusa uma terceira pessoa, a quem chama «uilissimus carnifex», «insolentem lanium» e «nocenti».

Reafirma a sua afeição por D. Jorge e queixa-se ao tio deste, Jorge Furtado, do comportamento de António de Mendonça que deu cobertura ao ofensor de Cataldo, o qual não é identificado.

Alguém, possivelmente um homem novo, ofendeu Cataldo, por forma a merecer prisão. Mas não foi preso, graças a António de Mendonça. É difícil avaliar de que tipo de culpa se trata.

Cataldo, através desta carta, procura exaltar o seu «ego» e receber uma reparação a que se acha com direito. Fica-se com a impressão de que Cataldo exagera.

Repare-se na afirmação orgulhosa de Cataldo quanto à sua capacidade de consagrar, para a posteridade, figuras da corte portuguesa por ele exaltadas nas suas obras¹. E, por outro lado, também esta

¹ «Scilicet ut mihi redderet praemia quod eum et totam eius domum aeternitate donauerim in operibus a me nuper regi (...) oblati (...)». Tradução: «Naturalmente, para me atribuir recompensas porque o eternizei a ele e a toda a sua casa nas obras que há pouco tempo ofereci ao rei (...)»

carta, à semelhança da carta A₂, dirigida a D. Dinis, informa-nos de que o duque de Bragança, D. Jaime, era um nobre culto e que, em público, perante o rei, exercia os seus conhecimentos, suscitando o agrado dos ouvintes.

2.1.6. *Cartas de Cataldo a Pedro Estaço*

Comentário

No segundo volume de *Epistolae*, são três as cartas dirigidas a Pedro Estaço.

A primeira delas (B v^o (1)) é introduzida por uma frase de cariz sentencioso, que contém a noção de distanciamento em relação ao sofrimento e também a noção de pluralidade de concepções da vida.

É visível que Cataldo está atormentado com a ofensa recebida visto que procura não apenas Jorge Furtado, mas também Pedro Estaço, certamente para desabafar a sua mágoa e também para obter uma reparação. Porém, há grande contradição nas palavras de Cataldo que, por um lado, verbera o ofensor pela arrogância que diz conhecer-lhe e, por outro lado, declara que ficará muito alegre, se obtiver a confirmação de que o malvado passeia ostensivamente pela praça de Benavente. Creio que tal contradição terá de situar-se num contexto de amargura irónica.

Por outro lado, está presente um outro valor que é o do perdão que Cataldo está pronto a conceder ao prevaricador, desde que este reúna as condições de espírito para o merecer, ou seja, desde que, de algum modo, o castigo o tenha marcado ou através da prisão ou através do medo que o tenha feito esconder-se.

Na carta E₃ (2), Cataldo deixa entrever que dedica grande amizade a Pedro Estaço e que usa com ele de uma medida de tolerância mais liberal do que aquela que aplica a outro amigo comum dos dois, isto é, a Francisco Barradas.

Há a enunciação de múltiplas oposições no paralelo, feito por Cataldo, entre Pedro Estaço e Francisco Barradas. O primeiro tem todo o tempo livre, mas nunca responde às cartas de Cataldo; apesar disso, Cataldo perdoa-lhe com toda a benevolência. O segundo, pelo contrário, homem formado em Direito, tem o tempo sempre preenchido pelas suas ocupações profissionais; porém, a este, Cataldo não o dispensa de responder às suas cartas.

Será assim porque Cataldo espera de Barradas uma intervenção mais técnica e mais determinante para modificar as suas condições de vida?

Segue-se uma lamentação global sobre os sofrimentos de Cataldo que enuncia as causas do seu abatimento e até desorientação visto que se queixa de má habitação, da falta de alimentos e até de certa crise de identidade quer a nível social, quer a nível individual.

Porém, o texto permite entender que tudo isto é temperado mais pela amizade do que pela ira, e isso mesmo vai ser confirmado por Cataldo na carta dirigida a Francisco Barradas (E₅ (2)).

A carta E₃ (3) é a mais longa das três e nela Cataldo não fala de si mesmo. É a resposta a um pedido de Pedro Estaço, atingido por duas adversidades muito duras e que, por isso, sente-se naturalmente dominado pela tristeza, carecendo de palavras animadoras.

Cataldo responde numa posição de humildade, considerando a superioridade da inteligência e da profundidade de pensamento de Pedro Estaço a quem Cataldo considera grande filósofo.

E a consolação dada por Cataldo é construída na exaltação da vida longa da mãe de Pedro Estaço a qual se extinguiu em idade avançada, segundo as leis naturais, depois de deixar descendentes que representam honra e glória para a mãe que os gerou e para a nação; e esta consolação termina com a afirmação da crença de que, tendo vivido feliz, a mãe de Pedro Estaço repousa mais feliz ainda, na eternidade.

Quanto à dor do filósofo originada com as perdas sofridas pelo irmão assaltado pelos piratas, Cataldo argumenta que esses prejuízos materiais não devem abater o filósofo, nem o seu irmão, defendendo a teoria de que o mal de que se não é responsável não deve atingir o espírito dos visados, que é como quem diz, quem é bom não pode ser atingido pelo mal que lhe queiram fazer. É essa a afirmação de Sócrates quando diz: «é minha convicção que um homem mau não pode nunca prejudicar um homem de bem». E acrescenta que nem a morte nem a perda dos direitos cívicos são grandes males! O verdadeiro mal é praticar a injustiça¹.

A carta termina com a afirmação, que é também louvor ao amigo, de que Pedro Estaço goza da benevolência de Deus do céu e do deus da terra e que justiça há-de ser feita, se não pelo primeiro, ao menos pelo segundo.

¹ Cf. Platão, *Apologia de Sócrates*. Lisboa, Editorial Verbo, 1972, pp. 83 e 86.

Informação Complementar

Pedro Estaço deve ter pertencido à insigne família dos Estaços, da qual um dos membros mais notáveis veio a ser Aquiles Estaço, «poeta e grande humanista português que, em Roma, desempenhou funções de secretário latino do Papa Pio V e trabalhou na edição crítica dos Padres da Igreja»¹.

Cataldo chama a Pedro Estaço filósofo natural. Que se entende por filósofo natural?

O Conde de Ficalho², falando de Garcia da Orta e da Universidade de Salamanca, diz que os estudantes da instrução secundária — então chamados os gramáticos — só entravam para a universidade depois de passarem por uma prova, perante um examinador especial. Os que se destinavam a Medicina tinham de obter, primeiramente, o grau de bacharéis em artes. Este curso dos artistas abrangia lições de *Summulas*, pelo livro de Pedro Hispano; de Lógica, pelos tratados de Aristóteles; de Matemática, de Música e de Línguas Grega e Hebraica. Depois de passarem à Faculdade de Medicina, os estudantes ainda seguiam um curso de Filosofia Natural, consistindo este, essencialmente, na explanação das obras de Aristóteles: a *Metafísica* e outros tratados do mesmo filósofo.

Na Universidade de Lisboa, regida pelos estatutos do rei D. Manuel «liam-se» com maior ou menor largueza as ciências das Faculdades que formavam, então, por toda a parte, um fundo geral de ensino, isto é, Teologia, Decretais ou Cânones, Leis, Física ou Medicina, e também Lógica, *Metafísica*, Filosofia Natural e outras doutrinas do chamado curso de artes³.

Eugénio Garin, no seu capítulo «O Filósofo e o Mago» diz que, no Renascimento, surge um tipo humano característico⁴, designado por filósofo novo e que sobressai por duas particularidades principais: é o «sábio» respeitado e consultado pela cidade, o filósofo civil; ou

¹ A. Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal I*, Coimbra. Inic. 1988, p. 114.

² *Garcia da Orta e o seu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 1983, Reprodução fac-similada da 1.^a edição, cap. I, pp. 18, 30 e 31.

³ *Idem*, *op. cit.*, p. 41.

⁴ *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1.^a edição, 1991 (tradução de *L'Uomo del Rinascimento*, Roma-Bari, Gins, Laterza e Figli Spa, 1988), p. 123.

o filósofo «natural», que deseja conhecer as coisas para agir sobre elas: médico, «mago», astrólogo¹.

E mais adiante diz: «A uma filosofia que é «leitura» e «comentário» de uma verdade captada na sua substância, que se esclarece e desenvolve apenas nos seus pormenores, opõe-se uma filosofia que é procura múltipla, discussão, análise do fazer, pluralidade de concepções do mundo e da vida, multiplicidade e variação». «O regresso ao passado clássico é renúncia não à religião, (...) mas às filosofias ligadas a uma religião, para se restaurar a filosofia como interrogação racional do homem acerca da sua acção no mundo, acerca do seu destino².

A filosofia nova era a filosofia clássica renascida. O filósofo era aquele que reflectia criticamente sobre as suas próprias experiências e que, além de teorizar, agia³.

Os novos filósofos comunicaram as suas ideias, não em fastidiosos e incompreensíveis manuais, mas em epístolas geralmente elegantes e, por vezes, em língua vulgar. Ao latim escolástico, sucede um latim claro, acessível⁴.

Os filósofos da natureza tinham aprendido que, antes dos livros dos homens, há o grande livro da natureza; que, para o compreender, a autoridade é inútil, e a razão necessária. Era o despontar da ciência moderna, baseada na observação, que permitiu a Copérnico concepções revolucionárias acerca da Astronomia, as quais, passado um século, Galileu haveria de confirmar e desenvolver.

Pedro Estação era, pois, um filósofo natural. Gaspar Estação que, em 1625, escreveu o *Tratado da Linhagem dos Estações, Naturais da Cidade de Évora*, menciona seis Estações com o primeiro nome Pero. Um deles viveu nos reinados de D. Afonso V e de D. João II e era chamado Rei pequeno, por ser homem grave e poderoso naquela cidade. Mas Gaspar Estação nunca lhe chama filósofo. Diz que este Pero Estação «foi eleito recebedor-mor do dinheiro de todas as cidades e vilas do reino, destinado à defesa do reino, decidida nas Cortes de «Évora por D. Afonso V, contra D. Fernando Católico de Castela»⁵. Será o mesmo?

¹ Idem, *op. cit.*, p. 125.

² Idem, *op. cit.*, p. 127.

³ Idem, *op. cit.*, p. 133.

⁴ Idem, *op. cit.*, p. 136.

⁵ *Tratado de Linhagem dos Estações, Naturais da Cidade de Évora*, Lisboa, por Pedro Crasbeek impressor del Rey, 1625, p. 25.

Gaspar Estação esclarece que não mencionou todas as pessoas da família Estação, mas apenas as que pôde achar e lhe estavam na lembrança.

Pessoalmente, por insuficiência de dados, parece-me incerto que Pedro Estação, filósofo natural, seja o Pero Estação acima referido.

2.1.7. *Cartas de Cataldo a Três Amigos*

A₆ vº(1) — C₄ (2) — E₅ (2)

Estas três cartas têm de comum, entre si, estar cada uma dirigida a um só destinatário diferente das outras duas e o assunto ser idêntico nas três missivas.

Carta de Cataldo a Pedro Matela, contador régio-A₆ vº (1).

Na carta destinada a Pedro Matela, Cataldo mostra-se frustrado por ainda não ter recebido os seus vencimentos atrasados, apesar dos empenhos para tal movidos quer por Fernando de Alcáçova, quer pelo próprio Pedro Matela. E a indignação de Cataldo move-o a queixar-se directamente ao Rei, o que ainda não fizera por deferência com Pedro Matela. A carta termina com a previsão de que o responsável pelos atrasos venha a perder o seu lugar.

Carta ao magnífico D. Lopo de Almeida-C₄ (2)

Cataldo usa outro estilo, notoriamente diferente, ao dirigir-se a D. Lopo de Almeida, que recebe o epíteto de magnífico. Nota-se que há certa inibição cerimoniosa da parte de Cataldo. A carta começa por uma afirmação sentenciosa como que a desculpar a ausência de efeito, mas valorizando a boa vontade manifestada por D. Lopo de Almeida e seu sogro, o famosíssimo D. João de Meneses, que intercederam por Cataldo junto de um almoxarife¹. Este prometeu deli-

¹ Almoxarife, termo árabe que designava o agente fiscal encarregado da cobrança dos direitos reais ou do seu arrendamento. Estava igualmente a seu cargo o pagamento das «quantias», «moradias» e demais mercês régias, bem como de outras despesas públicas. Os almoxarifes recebiam dos contadores da Fazenda as declarações e títulos das rendas das respectivas comarcas. (Cf. *Diccion. de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Porto. Livraria Figueirinhas, 1981).

cadamente àqueles homens influentes a resolução do caso de Cataldo, mas afinal tudo permanecia como dantes. Cataldo ironiza sobre as hábeis justificações dadas pelo almoxarife a D. João de Meneses e quer desfazer qualquer equívoco a respeito da honestidade e zelo daquele a quem denuncia como «judeu enganador e mentiroso».

Carta a Francisco Barradas-E₅ (2)

A carta a Francisco Barradas é um texto de agradecimento e mostra Cataldo pacificado. Ao que parece, a carta de Barradas trouxe-lhe boas notícias e, quer por isso mesmo, quer porque Cataldo parece guloso de receber correspondência dos seus amigos, vemo-lo feliz, ainda antes de abrir a carta, apenas porque acabou de a receber.

Agora, Cataldo fala com Barradas, de igual para igual¹, sem o tom cerimonioso que se pode perceber na carta a D. Lopo de Almeida. A afeição e a confiança dão-lhe esse à vontade. Fica-se a saber que as queixas de Cataldo levaram quase três meses a serem sanadas, tendo dirigido múltiplas súplicas a D. Jorge, duque de Coimbra; a D. Lopo de Almeida, terceiro conde de Abrantes; a Pedro Estaço, filósofo natural; a Pedro Matela, contador régio e a Francisco Barradas, jurisconsulto.

Informação Complementar

Francisco Barradas foi chanceler do duque D. Jorge e da Ordem de Santiago, tendo tomado parte na visita à vila de Setúbal, em 1510, em companhia de D. Jorge². Esteve em vários Capítulos quer da Ordem de Santiago quer da Ordem de Avis, em 1508, 1509, 1515, 1532, respectivamente em Palmela, Setúbal, novamente em Setúbal, e de novo em Palmela³.

Barradas é referido várias vezes no *Chartularium Universitatis Portucalensis* (vol. IX), nomeadamente como opositor à Cadeira de

¹ Cataldo e Barradas são juristas, têm formação académica e funções profissionais semelhantes.

² Cf. Victor Pavão dos Santos, *Documentos para a História da Arte em Portugal*, vol. 7. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal». Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, fl. 1.

³ A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1947, tomo XI, cap. I, p. 9.

Prima de Cânones que foi ganha pelo bacharel Rui Lopes, em 1498. Em 7 de Novembro de 1500, Barradas é tratado como licenciado ¹.

2.1.8. *Cartas de Cataldo a D. Henrique de Meneses*

Na primeira de duas cartas, — A₆ v^o (2) — Cataldo vibra de admiração pela pessoa de D. João de Meneses, pai do destinatário. E de D. Henrique, Cataldo pretende orações a Deus, a favor do pai que, sendo comandante vitorioso em campanhas anteriores, e adepto profundo da fé católica, estava naquele momento à frente de uma expedição ao Norte de África, a fim de libertar as cidades de Arzila e Tânger cercadas pelos mouros.

D. João de Meneses é equiparado a heróis da Roma antiga, Camilo e Cípião; e Cataldo dispõe-se a registar, para a história, os feitos ilustres e excelentes deste grande herói português. Desse modo, ensina que todos os grandes homens têm necessidade do elogio literário que perpetue a fama do seu nome; que a antiguidade teria publicado livros famosos a respeito deste herói; e que fazem falta, entre os Portugueses, poetas e oradores que celebrem tão grandes figuras e acontecimentos.

Interessante é a menção explícita de Jesus como guia e defensor principal de D. João de Meneses, subentendendo-se que também Jesus integra os «símbolos mais gerais e últimos do ideal renascentista de homem» ².

Diz Agnes Heller que «Sócrates e Jesus formam em conjunto o paradigma moral do Renascimento» e que, neste período, «a figura de Jesus suportando os seus sofrimentos recebe um cunho pronunciadamente estóico» ³.

É evidente que Cataldo tinha consciência clara de haver, no seu tempo, em Portugal, homens heróicos que realizavam feitos extraordinários e dignos de serem transmitidos à posteridade.

¹ Cf. Victor Pavão dos Santos, *op. cit.*, 1969, fl. 77.

Informação cedida pelo Senhor Prof. Doutor Costa Ramalho.

² Cf. Agnes Heller, *O Homem do Renascimento*, tradução de Conceição Jardim e Ed. Nogueira, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 116.

³ *Idem*, *op. cit.*, p. 117.

«O que é comum a estas duas figuras (...) é o viver consistente e intencional da própria vida, a aceitação de todas as consequências morais e de tudo o que o destino possa trazer, incluindo até uma morte de mártir, a ideia de ensinamento (ou melhor, a completa harmonia entre comportamento e ensinamento), e, finalmente, o carácter rústico, quotidiano das suas vidas»: *ibidem*, p. 117.

Esta carta, dirigida a D. Henrique de Meneses, é, na sua totalidade, um panegírico exaltante do pai.

Já a carta B₂ vº está centrada sobre a pessoa do próprio D. Henrique de Meneses que, apesar de jovem ainda, Cataldo enaltece pelas suas qualidades de inteligência e de eloquência, e a quem o humanista promete que há-de prodigalizar os maiores louvores, nele depositando largas esperanças de que venha a honrar, de modo extraordinário, a pátria portuguesa.

Também Camões dirá, um dia mais tarde, ao jovem rei D. Sebastião:

«(...) e(se) o vosso peito
 Dina empresa tomar de ser cantada
 — Como a pressaga mente vaticina,
 Olhando a vossa inclinação divina —

 A minha já estimada e leda Musa
 Fico que em todo o mundo de vós cante,
 De sorte que Alexandre em vós se veja,
 Sem à dita de Aquiles ter inveja»¹.

Damião de Góis² informa que D. Henrique de Meneses estudou Artes Liberais, Cânones e Leis, mas, depois de ter cursado os seus estudos e ser bem instruído neles, dedicou-se à Corte e ao exercício da guerra, dando sempre mostras de bom e corajoso cavaleiro, em numerosas lutas do Norte de África.

2.1.9. *Cartas de Cataldo a Aires Teles e Manuel Teles*

Na carta A₃, encontramos o louvor à prudência e sabedoria do rei D. Manuel por ter sabido escolher Luís da Silveira, sobrinho de Aires Teles, para visitar o rei D. Fernando; e, por outro lado, vemos o louvor, à maneira renascentista, das excelsas qualidades desse mesmo jovem, de quem Cataldo espera o bom desempenho da missão que lhe foi confiada em Nápoles.

A carta B vº (4) e a carta E₃ (4) confirmam a amizade de Cataldo por Aires Teles. Este, a partir de certa data, fazia parte da comi-

¹ Camões, *Os Lusíadas*, canto X, últimas estâncias.

² Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Lisboa, Edição Amigos do Livro, 1978, cap. LXXVII, p. 414.

tiva do rei e, segundo parece poder deduzir-se da carta B vº (4), o próprio Cataldo terá feito recomendações para a integração de Aires Teles no séquito do monarca. Mais uma vez, o texto de Cataldo mostra que o nosso humanista esteve ocupado a escrever sobre os feitos portugueses praticados em África e também na Ásia. Mas até nós não chegaram de Cataldo nem crónicas das lutas em África nem crónicas dos descobrimentos.

Sente-se que Cataldo tem grande predilecção por Aires Teles, a que não será estranho o facto de este seu amigo se dedicar também ao culto das Letras.

A carta a Manuel Teles — C₃ vº (2) — pertence à série de missivas muito breves. É uma mensagem que acompanha o empréstimo de um livrinho de Cataldo e que também mostra o gosto que este tem de manter correspondência com pessoas cultas do seu tempo. Informação com interesse é a referência de Cataldo às Universidades de Salamanca e de Bolonha, uma e outra chamadas, com veneração, «mãe dos estudos».

CONCLUSÃO

As cartas analisadas neste trabalho são dos tipos seguintes:

1. Comentários incentivadores de qualidades humanas.
2. Reclamações contra as condições de vida de Cataldo e busca de intervenção para as transformar.
3. Comunicação vibrante de sentimentos de amizade.
4. Louvor de individualidades com provas valorosas já confirmadas pela experiência da vida.
5. Assuntos graves de família.

Estas cartas são geralmente, muito breves, algumas menos breves e, excepcionalmente, uma ou duas apresentam-se mais longas.

Revelam a vivência, na época, de valores como a coragem, o patriotismo, o proselitismo, a sabedoria, a moderação, o sentido do tacto.

Capta-se uma atmosfera de descoberta, de inquietação, de gosto pelo estudo, nomeadamente da língua latina; apercebemo-nos de passos mais incipientes no estudo da língua grega; de busca de e convívio com textos latinos judeo-cristãos e da antiguidade clássica. Sur-

gem nas cartas de Cataldo ecos de Platão ¹, de Virgílio ², de Tito Lívio ³, do Antigo Testamento ⁴, do Novo Testamento ⁵, através de expressões mais ou menos literais aplicadas a novas situações do concreto individual quotidiano. Por vezes, as cartas são iniciadas por frases sentenciosas, concisas e densas de sugestões.

São frequentes os temas reveladores do gosto da época como o do «puer Cato», a exaltação da grandeza do homem, a par com a noção da sua insignificância, o poder político e secular triunfante e exalçado até à divinização.

Transparece a tragédia dos judeus e cristãos-novos e as misérias burocráticas dos tesoureiros régios.

Percebe-se que há a procura de uma rede de influências na tentativa de reagir e modificar realidades penosas, como a do próprio Cataldo exemplifica.

O discurso de Cataldo usa sistematicamente o tratamento de segunda pessoa do singular, recorre a uma adjectivação frequente do tipo superlativo absoluto simples ou, menos vezes, o superlativo ao modo hebraico; joga com os graus dos adjectivos no sentido gradativo crescente; o discurso opositivo traduz-se em antíteses, no emprego frequente da adversativa, no diálogo imaginado num plano de obstáculos, da contrariedade ou do contraste, dado através dos verbos, dos advérbios, dos adjectivos; e também na comparação contendo a a hipérbole, a dar um certo sentido de exagero e de desequilíbrio de experiências, e revelando, ao mesmo tempo, a vivacidade, a instabilidade, a variação e novidade de cada dia. O gosto pela acção e pela persuasão exprime-se através do emprego de vários verbos seguidos, nos mais diversos tempos verbais.

Estas cartas de Cataldo, dirigidas a portugueses, assinalam o conhecimento e a prática de valores humanistas, e revelam que os valores da cultura europeia daquele tempo são já conhecidos em Portugal nos finais do século xv e no primeiro quartel do século xvi. Dão-nos também pormenores psicológicos de Cataldo e notações da mentalidade renascentista. São documentos que testemunham uma época de acontecimentos e de homens extraordinários.

¹ E₃ (3).

² B v^o (1)

³ B₃.

⁴ A₆ (2); E₃.

⁵ A₆ (4)